

# EXCLUSÃO SOCIAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS

## Alguns indicadores estatísticos de enquadramento comparativo

*Elsa Pegado, Helena Seita Gonçalves, Sandra Palma Saleiro*

**Resumo** Tendo como quadro de referência a problemática da exclusão social nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (AM), procura-se traçar o cenário onde se configuram esses fenómenos recorrendo a alguns indicadores das estatísticas oficiais. A caracterização geral das populações e respectivas condições de vida aqui apresentadas segue uma lógica duplamente comparativa — temporal e espacial. Por um lado, analisa-se a evolução dos indicadores seleccionados a partir de 1981 nos vários níveis territoriais em questão. Por outro lado, compara-se a situação das AM uma com a outra e com a do país e a situação dos concelhos centrais — Lisboa e Porto — com a dessas AM.

**Palavras-chave** Áreas metropolitanas, exclusão social, indicadores estatísticos.

### Introdução

É sabido que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (AM)<sup>1</sup> concentram grande parte dos recursos económicos e financeiros do país, constituindo contextos privilegiados do ponto de vista das infra-estruturas e serviços disponíveis. No entanto, são também as zonas que apresentam contrastes sociais mais fortes em termos de condições de vida, opondo populações de nível de vida bastante acima da média nacional a populações onde a pobreza e a exclusão social têm incidência muito significativa.

Privilegiando-se uma abordagem retrospectiva e comparativa, pretende-se caracterizar as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto quanto a um conjunto de dimensões e indicadores que permitam traçar o quadro onde se desenham os fenómenos de exclusão social. Tendo em conta uma concepção multidimensional do conceito (Almeida *et al*, 1992, e Capucha, 1998a), optou-se pela análise de um conjunto amplo de dimensões e indicadores, relativos quer a características centrais da composição social das populações, quer às suas condições de existência. Da panóplia de indicadores recolhidos seleccionaram-se, para integrar este artigo, os que considerámos mais pertinentes, mas também os que cumpriam a discriminação territorial adoptada, já que para alguns foi impossível a obtenção da informação desagregada segundo os concelhos que constituem as AM.

Em função dos interesses de análise e das disponibilidades estatísticas tomam-se como datas de referência os dois últimos recenseamentos gerais da população e da habitação (1981 e 1991) e os anos mais recentes para os quais foi possível a recolha de dados (1995 ou 1996), constituindo-se, pois, uma série temporal mínima que permite observar a evolução dos indicadores utilizados.

A comparação de datas cruza-se com a comparação das unidades territoriais em análise, num registo triplo: comparam-se as AM com os valores de Portugal, uma com a outra e os concelhos de Lisboa e Porto com os valores das respectivas áreas. Esta última opção resulta da inviabilidade de expor no presente artigo toda a informação recolhida para todos os concelhos que constituem cada uma das AM, e do facto de considerarmos que os contrastes que os concelhos destacados apresentam com as áreas envolventes traduzem a sua diversidade interna. Isso não invalida que em alguns casos se recorra aos valores dos outros concelhos, de forma a revelar os contrastes mais significativos teórica e estatisticamente.

### **Estruturas sociodemográficas**

Antes de iniciarmos propriamente a análise dos indicadores relativos à composição social das populações e às suas condições de vida, considerámo-los útil caracterizar as AM quanto à sua dimensão espacial e populacional. O quadro 1 serve de enquadramento às análises seguintes, sendo apresentado integralmente, ou seja, contendo o conjunto discriminado dos concelhos que constituem cada uma das áreas. É também por essa razão, de utilidade enquadradora, que não segue a lógica das restantes análises, não se procedendo à vertente retrospectiva, mas detendo-nos no ano mais recente para o qual existia informação disponível.

Note-se em primeiro lugar a maciça concentração de população nas duas AM, que apresentam densidades populacionais muitíssimo superiores à verificada para o país (cerca de 8 e 14 vezes superior para as AM de Lisboa e Porto, respectivamente).

A densidade da AM de Lisboa é muito inferior à registada na AM do Porto, o que talvez se possa explicar pelo facto de a primeira ocupar uma área global quase quatro vezes superior à da segunda, dando, portanto, origem a uma maior possibilidade de dispersão dentro da concentração que representam as áreas territoriais que circundam as cidades de Lisboa e do Porto. No entanto, descendo ao nível concelhio, verificamos que o concelho de Lisboa apresenta uma densidade ligeiramente superior à do concelho do Porto apesar de este ser, dentro da sua AM, de longe o que detém a maior concentração de população por quilómetro quadrado, o que não acontece no concelho da capital, que é superado por um dos seus concelhos circundantes (Amadora).

Por outro lado, há que salientar a diversidade interna das AM, principalmente no caso de Lisboa. Assim, é fortemente contrastante a situação dos chamados concelhos "suburbanos", geograficamente próximos da cidade de Lisboa, com densidades populacionais que ultrapassam os 10.000 habitantes — por ordem decrescente, Amadora, Oeiras, Barreiro, Almada, Loures, Cascais, Seixal e Moita —, com a dos concelhos de cariz mais rural, onde a densidade populacional fica aquém da média nacional — Alcochete, Montijo, Palmela e Azambuja. Na AM do Porto, nenhum dos concelhos se aproxima sequer desta fraca concentração,

**Quadro 1** Áreas e densidade populacional em 1995

AM e concelhos	Área total (km2)	% do concelho na AM	Densidade populacional (hab/km2)
<i>AM de Lisboa</i>	3.128	100,0	817,2
Alcochete	94	3,0	106,9
Almada	70	2,2	2181,7
Amadora	24	0,8	7786,3
Azambuja	262	8,4	74,5
Barreiro	31	1,0	2696,1
Cascais	97	3,1	1652,8
Lisboa	84	2,7	7041,4
Loures	195	6,2	1738,4
Mafra	291	9,3	152,1
Moita	55	1,8	1239,6
Montijo	347	11,1	104,4
Oeiras	46	1,5	3386,7
Palmela	462	14,8	100,8
Seixal	94	3,0	1360,9
Sesimbra	195	6,2	147,7
Setúbal	171	5,5	609,7
Sintra	316	10,1	919,1
Vila Franca de Xira	294	9,4	374,9
<i>AM do Porto</i>	817	100,0	1453,9
Espinho	21	2,6	1668,5
Gondomar	133	16,3	1117,9
Maia	84	10,3	1183,2
Matosinhos	62	7,6	2571,4
Porto	42	5,1	6775,6
Póvoa de Varzim	82	10,0	695,5
Valongo	73	8,9	1074,3
Vila do Conde	149	18,2	448,8
Vila Nova de Gaia	171	20,9	1520,8
País	91.906		107,9

Fonte: Anuários Estatísticos das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte.

apresentando os concelhos com valores mais baixos — Póvoa de Varzim e Vila do Conde — densidades que no mínimo quadruplicam a do país.

De modo geral, os concelhos mais pequenos em termos de área total são os que apresentam maior densidade populacional, muito embora as explicações da concentração da população não residam obviamente apenas num cálculo aritmético simples, sendo interceptadas por uma quantidade de outros fenómenos, como, por exemplo, a proximidade absoluta às duas grandes cidades e a relativa, que terá a ver com a qualidade das vias de comunicação e de acesso às mesmas, as dinâmicas derivadas das lógicas dos fluxos migratórios e imigratórios e ainda do tipo de actividades económicas predominantes.

A densidade populacional traduz-se no facto de, já desde a década de 80, quase 38% do total da população residente no país se concentrar nos 4,3% de território nacional que as AM ocupam. No entanto, como podemos ver pelo quadro 2, essa percentagem deve-se maioritariamente ao número de residentes na AM de Lisboa, que, para qualquer um dos anos em análise, mais do que duplica os residentes na AM do Porto. Chegados a este ponto, é preciso alertar para que, sendo um dos

**Quadro 2** População residente em 1981, 1991 e 1996 (em %)

	1981	1991	1996
AM de Lisboa	25,4	25,7	25,8
Concelho de Lisboa	32,3	26,1	22,4
AM do Porto	11,4	11,8	12,0
Concelho do Porto	29,3	25,9	23,2
País	100,0	100,0	100,0

Nota: as percentagens das AM foram calculadas com base na população residente em todo o país e as dos concelhos obtiveram-se com base na população residente nas respectivas AM.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991 e Anuários Estatísticos das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, 1996.

nossos propósitos a comparação das AM com o total do país e representando estas 38% da população portuguesa, os próprios valores nacionais traduzem esta preponderância das AM, o que fará com que as diferenças encontradas em alguns indicadores não sejam tão elevadas como a nossa percepção nos levaria a supor, e muito menores do que se a comparação fosse feita em relação ao “resto do país”, ou seja, exceptuando as AM.

Estudos demográficos demonstram que o fenómeno de concentração da população em torno das duas maiores cidades do país consolidou-se num período anterior àquele para o qual foi possível a obtenção de dados rigorosos relativamente ao conjunto dos concelhos que constituem as duas AM, nomeadamente entre as décadas de 60 e 80 (Pinto, 1994; Ferrão, 1996; Rosa, 1996).

Esta dinâmica tem consequências específicas sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social, já que as situações de vulnerabilidade tenderão a concentrar-se em zonas específicas e bem delimitadas quer nos centros urbanos, quer nas periferias metropolitanas, em bairros de barracas ou de habitações sem infra-estruturas elementares, ocupados na sua maioria por migrantes campo/cidade mal sucedidos e por imigrantes africanos. Trata-se do que podemos designar como “pobreza urbana”, donde emergem potencialmente as novas formas de pobreza, como os desempregados de longa duração, os grupos étnicos e culturais minoritários, bem como os chamados “desfavorecidos marginais”, onde se incluem os toxicodependentes, os reclusos e ex-reclusos ou os jovens em risco (Capucha, 1998a).

Actualmente começam a verificar-se novas tendências demográficas, das quais temos um sintoma na estabilização, ou pelo menos grande desaceleração, do crescimento das AM na última década (talvez estas tenham atingido o seu ponto de saturação) e mais ainda no facto de as cidades de Lisboa e Porto terem perdido, respectivamente, 10% e 6% da sua população entre o princípio da década de 80 e meados da década de 90.

Esta tendência inscreve-se no fenómeno de suburbanização do país, que se sobrepõe ao de urbanização devido a diversos factores, entre os quais destacamos os recursos económicos necessários para a residência em cidades centrais, que leva as camadas jovens da população que nelas cresceram a deslocarem-se para a

**Quadro 3** População residente, segundo os escalões etários inferiores e superiores, em 1981, 1991 e 1996 (em %)

	1981	1991	1996
<i>AM de Lisboa</i>			
0-14 anos	23,5	18,0	15,8
65 e mais anos	9,7	12,3	14,3
<i>Concelho de Lisboa</i>			
0-14 anos	18,9	14,2	12,9
65 e mais anos	14,3	18,8	21,4
<i>AM do Porto</i>			
0-14 anos	26,2	20,0	17,7
65 e mais anos	8,9	10,6	11,9
<i>Concelho do Porto</i>			
0-14 anos	22,0	16,9	15,2
65 e mais anos	12,0	14,8	16,5
<i>País</i>			
0-14 anos	25,5	20,0	17,3
65 e mais anos	11,4	13,6	14,9

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991 e Anuários Estatísticos das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, 1996.

periferia no período de constituição da sua própria família, bem como a consolidação de uma segunda geração de filhos de migrantes rurais que, nessa etapa de vida, se mantém no local onde cresceu por opção ou falta de alternativas, e, finalmente, e de não menos importância, o fenómeno de terciarização das cidades de Lisboa e Porto, que aliás tem influência na primeira ordem de factores enunciada, pois é acompanhado de uma crescente especulação imobiliária. Assim se explica que a perda de população verificada nestes dois concelhos centrais tenha sido compensada pelo acréscimo de população nos concelhos geograficamente mais próximos.

Passando agora à caracterização da população residente nas AM podemos verificar que estas acompanham, e por vezes até reforçam, um dos aspectos estruturais do que João Ferrão denominou como o Portugal demográfico "moderno" (Ferrão, 1996), que é o do seu envelhecimento, tanto na base (diminuição da proporção da população no escalão até aos 14 anos) como no topo (aumento da proporção da população cuja faixa etária se situa acima dos 64 anos), dando origem àquilo a que se chama "duplo envelhecimento". Embora o envelhecimento da população se apresente como uma tendência nacional, existem diferenças em termos de níveis e de ritmos (Rosa, 1996). No quadro 3, podemos observar mais detalhadamente essas diferenças no que concerne às AM.

Relativamente ao envelhecimento na base, verifica-se, para qualquer uma das unidades territoriais consideradas, um decréscimo do peso da população mais jovem no conjunto da população. A nível nacional, esse decréscimo situa-se em mais de 8% na quinzena de anos em análise, cifrando-se, em 1996, nos 17,3%. Essa é, aliás, a diminuição mais elevada que encontramos. A AM de Lisboa apresenta

valores ainda mais baixos do que os nacionais, não acontecendo o mesmo com a do Porto, que detém valores ligeiramente superiores ao do país e já significativamente superiores ao da AM de Lisboa, dando razão à distinção que a propósito das taxas de natalidade se faz entre o Norte e o Sul de Portugal (Almeida *et al*, 1998). A AM do Porto é, aliás, a mais jovem no conjunto das unidades territoriais consideradas, já que os concelhos de Lisboa e do Porto apresentam valores muito inferiores aos das respectivas AM e ao do país. Aqui o destaque vai para o concelho de Lisboa, que, já desde o início da década de 80, é o que possui a menor proporção de população na faixa etária mais jovem. Embora com valores mais elevados, a posição relativa do Porto é idêntica, já que, quando comparado com os outros concelhos da AM do Porto, também desde essa data concentra a menor percentagem de pessoas com idades inferiores a 15 anos. Estes dados deixam transparecer, para além de diferenças entre o Norte e o Sul, uma diversidade interna às AM, que em 1996 se cifrava em mais de 2% quer do concelho do Porto, quer do de Lisboa relativamente às respectivas áreas. Essa diversidade é ainda mais notória ao verificarmos que nos concelhos da Moita, Seixal e Sintra cerca de 18% da população residente não ultrapassa, no mesmo ano, os 14 anos, portanto, bem acima da percentagem homóloga para toda a AM de Lisboa (15,8%) e um pouco superior à média nacional (17,3%). Já na AM do Porto, as discrepâncias são menos acentuadas, merecendo destaque, de qualquer modo, os concelhos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim pela maior proporção de população jovem.

Quanto aos ritmos, e ponderando as diferenças de anos entre as duas épocas em análise, podemos verificar que o decréscimo da proporção de população mais jovem parece estar a sofrer uma ligeira desaceleração, que, apesar de generalizada, é mais notória em relação às unidades territoriais que já vinham com proporções mais baixas de população até aos 14 anos (nomeadamente o concelho de Lisboa).

No que concerne ao envelhecimento no topo, verifica-se que as AM e os concelhos acompanham o país nesta tendência, representando este escalão etário, em 1996, quase 15% da população nacional. A AM de Lisboa apresenta ainda uma proporção de idosos ligeiramente inferior à do país e a AM do Porto destaca-se mais uma vez pelos valores significativamente inferiores, situação que não pode ser obviamente dissociada da mais elevada taxa de natalidade registada nesta zona. Uma das explicações para o menor envelhecimento no topo reside nas migrações internas de parte considerável da população jovem de outros locais do país para as AM a partir da década de 60, alguma não tendo ainda atingido os 65 anos. Estes migrantes formam, no entanto, um contingente de população em vias de integrar essa faixa etária e assim provocar alterações na estrutura etária da população, uma vez que se estima que os novos fluxos migratórios e imigratórios não sejam já suficientes para inverter essa supremacia "grisalha".

Já no que respeita aos concelhos centrais, estes apresentam-se mais envelhecidos do que as AM e até do que o país, ou seja, face aos outros concelhos são eles que detêm a maior proporção de pessoas com mais de 64 anos. Esta situação é notória principalmente no concelho de Lisboa, no qual já mais de 20% do total da população se situa na faixa etária superior. O peso do envelhecimento da população neste concelho é tão significativo que vai mesmo interferir com os indicadores que apresentaremos ao longo desta análise.

O envelhecimento no topo tem um carácter bastante mais diferenciador intra-áreas do que o envelhecimento na base, destacando-se o caso da AM de Lisboa, com alguns concelhos a registar percentagens que em pouco ultrapassam os 10% — Loures e Vila Franca de Xira — ou nem sequer os atingem — caso do Seixal.

Voltando aos ritmos, podemos dizer que, contrariamente ao que detectámos relativamente ao envelhecimento na base, aqui nota-se uma aceleração de valores (ou seja, em cinco anos a população desta faixa etária já aumentou mais de metade do valor atingido na década anterior), o que indicia a cada vez maior consolidação desta tendência, que, aliás, acompanha a da grande maioria dos nossos parceiros europeus (*Portugal Social*, 1998).

Se fizermos o exercício de olhar comparativamente, no quadro 3, para as percentagens que constam em cada área territorial nos escalões etários superiores e inferiores, de 1981 até 1996, verificamos uma progressiva aproximação de valores nas duas parcelas na AM de Lisboa e até no país, uma superação do peso do escalão etário superior no concelho do Porto e claramente no de Lisboa (neste último a diferença chega já aos 8,5%), sendo a AM do Porto aquela que ainda apresenta um maior peso relativo de população jovem, embora também aqui exista uma clara tendência de aproximação entre os dois escalões etários.

A recomposição demográfica da população tem fortes implicações ao nível das condições de vida. Ser idoso não é certamente condição única e suficiente para se ser pobre, mas é normalmente sinónimo de pensionista, categoria que, dadas as características do sistema de segurança social português, apresenta forte vulnerabilidade à pobreza (Almeida *et al*, 1992). O aumento previsível do envelhecimento nos próximos anos fará crescer esta categoria nas AM's e principalmente nos concelhos-sede, com as consequentes implicações no número de pobres ou indivíduos vulneráveis à pobreza nestas zonas.

O envelhecimento na base está ligado (embora não directamente uma vez que é uma medida proporcional) à diminuição da taxa de natalidade que podemos ver no quadro 4. Esta diminui em todas as unidades territoriais consideradas entre 1981 e 1996, embora o decréscimo tenha sido muito mais acentuado na década de 80, já que a posterior — pelo menos até 1996 — apresenta um desacelaramento e mesmo até estagnação no caso da AM de Lisboa. No entanto, uma vez que se trata de um período de apenas cinco anos, não é ainda possível perceber se estes valores indiciam uma viragem nas tendências ou se se vão revelar de carácter conjuntural. Como era de esperar, a AM do Porto apresenta uma taxa de natalidade superior à do país em todos os anos considerados, enquanto a de Lisboa se situa ligeiramente abaixo, sendo acompanhada pelo concelho do Porto e ainda mais abaixo pelo de Lisboa, que, mesmo assim, em 1996 é suplantado por defeito pelos concelhos de Mafra e Barreiro.

Já ao envelhecimento no topo não corresponde uma quebra na taxa de mortalidade, que tem registado um aumento no período considerado em todas as unidades territoriais, o qual se cifra nos 11% à escala nacional. A AM do Porto apresenta, em 1996, uma taxa inferior à do país, o que terá precisamente a ver com a constituição da estrutura etária da sua população, enquanto a de Lisboa coincide praticamente com a do país, embora em 1981 fosse quase 2% inferior. Já o concelho do

**Quadro 4** Taxas de natalidade, mortalidade e mortalidade infantil em 1981, 1991 e 1996

	1981	1991	1996
<i>AM de Lisboa</i>			
Taxa de natalidade	14,4	10,9	10,9
Taxa de mortalidade	7,8	9,6	10,4
Taxa de mortalidade infantil	18,3	8,1	7,0
<i>Concelho de Lisboa</i>			
Taxa de natalidade	12,2	9,5	9,6
Taxa de mortalidade	12,4	14,6	16,0
Taxa de mortalidade infantil	20,9	13,4	5,9
<i>AM do Porto</i>			
Taxa de natalidade	17,2	13,3	12,4
Taxa de mortalidade	7,7	8,3	8,4
Taxa de mortalidade infantil	19,6	11,4	8,3
<i>Concelho do Porto</i>			
Taxa de natalidade	14,7	11,6	10,1
Taxa de mortalidade	10,2	11,5	12,2
Taxa de mortalidade infantil	21,2	20,2	9,2
<i>País</i>			
Taxa de natalidade	15,5	11,8	11,1
Taxa de mortalidade	9,7	10,5	10,5
Taxa de mortalidade infantil	21,8	11,0	9,6

Nota: as taxas de mortalidade infantil das AM de Lisboa e do Porto foram calculadas com base na média dos respectivos concelhos.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, Anuários Estatísticos das Regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte, 1996, e Gabinete de Estudos do INE/Serviço de Estudos Demográficos e Sociais.

Porto e principalmente o de Lisboa, dada a proporção de população de escalão etário superior que possuem, apresentam as taxas de mortalidade mais elevadas de todos os concelhos das respectivas AM. Como confirmaremos através do recurso a outros indicadores, esta elevada taxa não significa que nestas zonas exista maior precariedade de condições de vida, mas tão-só que a população é mais envelhecida, já que os países mais desenvolvidos da Europa apresentam precisamente altos valores de mortalidade.

Um dos indicadores mais pertinentes para traduzir o desenvolvimento de um país ou de uma região é a taxa de mortalidade infantil, uma vez que aqui não se colocam as questões que têm que ver com a idade natural de morrer, reflectindo mais as condições de vida das populações e do contexto em que se inserem. Assim, à fulgurante diminuição verificada na década de 80 na taxa de mortalidade infantil a nível nacional, que desce 11,8%, cifrando-se nos 90,6% em 1996, correspondem melhorias ao nível das condições de vida da população, como seja a generalização das campanhas de vacinação ou a ampliação da cobertura médica, que leva nomeadamente à diminuição de partos sem assistência qualificada. Desse ponto de vista poderemos considerar as AM como zonas privilegiadas, uma vez que apresentam, principalmente a de Lisboa, taxas de mortalidade infantil inferiores às verificadas a nível nacional. Talvez consequência da concentração de recursos, nomeadamente



**Quadro 5** Famílias, segundo a dimensão (em %) e média pessoas/família em 1981 e 1991

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Famílias com uma pessoa	14,9	15,8
Famílias com cinco pessoas e mais	13,4	10,3
Média pessoas/família	3,1	2,9
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Famílias com uma pessoa	23,5	23,9
Famílias com cinco pessoas e mais	12,6	10,1
Média pessoas/família	2,8	2,7
<i>AM do Porto</i>		
Famílias com uma pessoa	10,1	11,1
Famílias com cinco pessoas e mais	25,5	17,5
Média pessoas/família	3,4	3,1
<i>Concelho do Porto</i>		
Famílias com uma pessoa	16,0	18,0
Famílias com cinco pessoas e mais	22,1	15,0
Média pessoas/família	3,4	3,0
<i>País</i>		
Famílias com uma pessoa	13,0	13,8
Famílias com cinco pessoas e mais	20,7	15,4
Média pessoas/família	3,4	3,1

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

os de saúde,<sup>2</sup> o concelho de Lisboa apresenta uma taxa de mortalidade infantil ainda inferior à da sua AM, o mesmo não acontecendo com o do Porto, que aliás, surpreendentemente, apresenta, em 1991, uma taxa de mortalidade muito superior a qualquer uma das outras, embora se situe no ano mais recente abaixo da média nacional.

Importa ainda uma referência às estruturas familiares, uma vez que, a nível macro, pode perceber-se o grau de modernização de um país através da estruturação familiar e, descendo agora no nível de análise, a pobreza e exclusão social e a família podem constituir fenómenos correlacionados. Por um lado, a família pode constituir fonte de solidariedades e recursos em casos de risco de exclusão social, atenuando ou evitando os problemas emergentes. Por outro lado, encontramos muitas vezes associadas às situações de pobreza famílias desestruturadas e disfuncionais. Vejamos alguns indicadores.

O quadro 5 mostra que as famílias com mais de quatro membros têm decrescido aceleradamente em todas as unidades territoriais entre as décadas de 80 e 90, apresentando um mínimo de 10% no concelho de Lisboa e um máximo de 17,5% na AM do Porto. Vemos que nesta questão mais uma vez parece existir uma diferenciação Norte/Sul, com a AM e o concelho do Porto a apresentarem valores superiores aos dos seus congéneres, sendo mesmo, no caso da AM do Porto, significativamente superiores à média nacional, embora tenha sofrido um decréscimo mais acentuado.

A diminuição da proporção de famílias com um elevado número de elementos será, à partida, um fenómeno positivo do ponto de vista da exclusão social,

onde saem particularmente beneficiadas as AM. Tal como já chamámos a atenção no caso de outros indicadores, naturalmente que não existe uma relação directa entre a dimensão dos agregados familiares e as situações de pobreza, sendo necessário ponderar a interferência de outros factores determinantes, como a condição dos seus membros, perante o trabalho para referir apenas o mais evidente. No entanto, estudos demonstram que as famílias muito numerosas, principalmente com um elevado número de filhos a cargo, constituem uma das categorias sociais vulneráveis à pobreza (Barreiros, 1996).<sup>3</sup>

À medida que diminui o número de famílias numerosas, aumenta o de isolados. A AM de Lisboa apresenta valores superiores aos do país, bem como o concelho do Porto e principalmente o de Lisboa. Esta situação não se poderá dissociar, como é fácil ver pelo caso do concelho de Lisboa, da proporção de população idosa, entre a qual abundará a situação de viuvez, podendo ser também reveladora de modos de vida mais urbanos, como o caso do celibato desejado, do divórcio ou de novas formas de conjugalidade que não passam por partilhar o mesmo espaço.

Este indicador, particularmente no caso dos idosos, e se pensarmos que os contextos urbanos são mais propícios à quebra das solidariedades de vizinhança, pode constituir-se num factor gerador de situações de exclusão que exigem, aliás, novas formas de intervenção social (como, para referir um único exemplo, o serviço domiciliário). De facto, os agregados familiares constituídos por uma pessoa idosa constituem precisamente outro tipo de agregado com uma elevada vulnerabilidade a situações de pobreza (Barreiros, 1996),<sup>4</sup> pelo que neste caso as AM apresentam um panorama potencialmente mais desfavorável.

Perante o cenário que temos vindo a traçar, não espantará que a média de pessoas por família venha progressivamente a baixar, situando-se em 3,1 no país em 1991, sendo inferior em qualquer das restantes unidades territoriais, à excepção da AM do Porto, em que é idêntica. Relativamente à AM, e especialmente ao concelho de Lisboa, o padrão pai/mãe/filho único já nem sequer tem tradução na média pessoas/família, pois esta situa-se abaixo de três. Em nenhum dos casos o padrão poderá ser pai/mãe/dois filhos, o que pressuporia a existência de quatro pessoas. Ou seja, é agora comum nas famílias conjugais que o número de progenitores ultrapasse o de descendentes. Os concelhos centrais constituem de facto situações particulares dentro das respectivas AM, já que registam o menor número médio de pessoas por família relativamente aos outros concelhos. No entanto, se na AM de Lisboa em nenhum dos concelhos a média pessoas/família ultrapassa a do país, já na do Porto em todos os concelhos à excepção do próprio Porto residem famílias em média mais numerosas, com valores que oscilam entre os 3,2 e os 3,9, tornando este indicador um dos mais reveladores das diferenças interáreas.

Nas duas datas de referência, as famílias com um núcleo predominam nas AM, nos concelhos de Lisboa e Porto e no país, traduzindo o facto de estarmos numa sociedade de modelo de família nuclear. Verifica-se também que as famílias com mais de dois núcleos, que ainda apresentavam valores na ordem dos 5% e 6% em 1981, passaram ao incontestável estatuto de categoria residual após uma década, não atingindo em nenhum dos casos os 0,5%.

**Quadro 6** Famílias clássicas, segundo o tipo de família, em 1981 e 1991 (em %)

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Famílias sem núcleo	17,7	19,6
Família com um núcleo	76,8	77,6
Famílias monoparentais	0,8	7,3 <sup>(1)</sup>
Famílias com dois núcleos	0,9	2,4
Famílias com três ou mais núcleos	5,3	0,1
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Famílias sem núcleo	28,1	29,9
Família com um núcleo	64,7	66,6
Famílias monoparentais	0,9	8,3 <sup>(2)</sup>
Famílias com dois núcleos	1,1	3,3
Famílias com três ou mais núcleos	6,1	0,2
<i>AM do Porto</i>		
Famílias sem núcleo	13,1	14,4
Família com um núcleo	79,1	80,3
Famílias monoparentais	0,9	7,4 <sup>(3)</sup>
Famílias com dois núcleos	1,8	5,0
Famílias com três ou mais núcleos	6,0	0,4
<i>Concelho do Porto</i>		
Famílias sem núcleo	20,9	23,5
Família com um núcleo	70,5	71,5
Famílias monoparentais	0,9	8,9 <sup>(4)</sup>
Famílias com dois núcleos	2,1	4,7
Famílias com três ou mais núcleos	6,6	0,3
<i>País</i>		
Famílias sem núcleo	15,7	17,1
Família com um núcleo	77,4	78,9
Famílias monoparentais	0,9	6,8 <sup>(5)</sup>
Famílias com dois núcleos	1,3	3,7
Famílias com três ou mais núcleos	5,7	0,2

Notas: (1) dos quais, 14,4% pai com filhos, 85,6% mãe com filhos; (2) dos quais, 14,6% pai com filhos, 85,4% mãe com filhos; (3) dos quais, 13,0% pai com filhos, 87,0% mãe com filhos; (4) dos quais, 13,1% pai com filhos, 86,9% mãe com filhos; (5) dos quais, 13,8% pai com filhos, 86,2% mãe com filhos.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

É precisamente nas unidades territoriais em que as famílias com um núcleo apresentam valores mais baixos (ainda que incontestavelmente dominantes), como no caso dos concelhos de Lisboa e do Porto, que se verifica a maior proporção de famílias sem núcleo. Como faria crer a análise anterior, esta é uma categoria que tem vindo a aumentar progressivamente, atingindo em 1991 quase 30% das famílias no concelho de Lisboa (cf. quadro 6).

Neste quadro quisemos ainda destacar, no caso das famílias com um núcleo, as monoparentais, pois estas apresentam uma subida vertiginosa nos dez anos em análise, passando de categoria residual na primeira data para valores que se situam em 6,8% no país e que são superados quer pelas AM quer pelos concelhos de Lisboa e Porto, os quais, aliás, apresentam valores superiores aos das respectivas áreas. Relativamente a este tipo de família saliente-se que são maioritariamente (sempre

com valores que ultrapassam os 85%) constituídas por mães com filhos, como se pode ver na nota do quadro 6. Esta composição resulta não só do crescente número de divórcios que têm ocorrido na nossa sociedade, e mais ainda nas unidades territoriais em análise,<sup>5</sup> situação em que os filhos ficam regra geral com as mães, mas também da chamada condição de “mães solteiras”, que são frequentemente casos preocupantes, em termos de exclusão social, quer por questões ligadas aos valores e preconceitos, com a quebra da solidariedade intergeracional, quer ainda pela reprodução das situações de pobreza que muitas vezes constituem.<sup>6</sup>

Mesmo estando cientes da diversidade de origens sociais das famílias monoparentais, constituindo por vezes a monoparentalidade uma opção entre as mulheres de maiores recursos socioprofissionais, pode dizer-se que a uma subida do número global destas famílias corresponde um aumento da pobreza nesta categoria. É que esta condição associada a recursos fracos gera uma vivência estigmatizante e fragilizadora, onde “(...) a uma imagem muitas vezes negativa se associam fortes constrangimentos no acesso a meios de vida autónomos, originados, por um lado, na debilidade das qualificações e no funcionamento dos mercados de trabalho e, por outro, na pressão colocada pelas responsabilidades familiares” (Capucha, 1998a: 221).

### **Estruturas socioprofissionais**

A análise das estruturas socioprofissionais nas AM implica o recurso a um conjunto de indicadores, agrupados em várias dimensões, nomeadamente qualificações escolares, meio de vida, condição perante o trabalho e taxas de actividade da população em geral. Importa também fazer uma breve caracterização da população que exerce profissão, nomeadamente quanto ao sector de actividade e à categoria socioprofissional.

O nível de qualificação académica é um indicador central para aferir dos padrões de desenvolvimento de um país. Se esse indicador tem conhecido um forte aumento nas últimas três décadas, atestado quer pelo decréscimo da taxa de analfabetismo, quer pelo crescimento do número de estudantes universitários, Portugal continua a ter um estatuto de excepção, pela negativa, face aos restantes países da União Europeia (Machado e Costa, 1998; *Retrato das Regiões*, 1998).

Tal como relativamente a outros indicadores, as AM apresentam um padrão bastante diferenciado do que se verifica no país nas duas datas de referência (1981 e 1991), com maior percentagem de indivíduos que possuem qualificação académica superior e, inversamente, menor percentagem dos que não completaram qualquer grau de ensino e de analfabetismo.

Como se pode observar no quadro 7, qualquer que seja o indicador considerado, as AM apresentam situações mais favoráveis relativamente às qualificações escolares do que o país, e os concelhos de Lisboa e Porto destacam-se, pela positiva, face às respectivas áreas. A comparação interáreas revela-nos um panorama um

**Quadro 7** Alguns indicadores de escolarização em 1981 e 1991

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Taxa de analfabetismo	16,9	6,3
% de pessoas sem qualificação académica	36,4	25,0
% de pessoas com qualificação superior	3,2	5,4
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Taxa de analfabetismo	9,4	5,7
% de pessoas sem qualificação académica	31,4	22,4
% de pessoas com qualificação superior	5,5	9,1
<i>AM do Porto</i>		
Taxa de analfabetismo	12,0	5,9
% de pessoas sem qualificação académica	39,5	27,8
% de pessoas com qualificação superior	2,3	3,8
<i>Concelho do Porto</i>		
Taxa de analfabetismo	8,3	4,8
% de pessoas sem qualificação académica	31,9	23,1
% de pessoas com qualificação superior	4,7	6,5
<i>País</i>		
Taxa de analfabetismo	18,6	11,0
% de pessoas sem qualificação académica	47,3	34,5
% de pessoas com qualificação superior	1,6	2,9

Notas: as taxas de analfabetismo das AM em 1981 foram calculadas com base na média dos respectivos concelhos. As percentagens, com excepção da taxa de analfabetismo, obtiveram-se com base no total de população residente em cada um dos níveis geográficos considerados.

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

pouco mais vantajoso para a AM de Lisboa, com excepção da taxa de analfabetismo, que, mais elevada em 1981, tende, no entanto, dez anos volvidos, a aproximar-se da que se verifica na AM do Porto. De facto, se a descida da taxa de analfabetismo é bem visível qualquer que seja o nível territorial analisado, essa descida é particularmente acentuada na AM de Lisboa, representando o valor de 1991 pouco mais de um terço do que se verificava no início da década anterior. A relação entre as taxas de analfabetismo dos concelhos em análise revela um quadro semelhante ao das respectivas AM; enquanto o concelho do Porto apresenta a mais baixa taxa de analfabetismo da sua área, tal não se verifica para o de Lisboa, já que, em 1991, outros concelhos registam taxas inferiores.

A educação é precisamente um dos domínios de vulnerabilidade à pobreza que tende a adquirir maior importância com a evolução positiva em termos de qualificação escolar na sociedade portuguesa, já que esse aumento generalizado coloca em situação cada vez mais desvantajosa as populações com menores níveis de escolaridade. Aliás, um dos traços centrais das famílias com baixos rendimentos é a subescolarização dos seus membros, estando os decis de menores rendimentos associados a um baixo nível de instrução (Capucha, 1998b). Assim, se às situações de pobreza estão geralmente associados fracos recursos escolares, saídas precoces do sistema educativo e insucesso escolar (Almeida *et al*, 1992), podemos afirmar que

**Quadro 8** População residente com 12 ou mais anos, segundo o principal meio de vida, em 1981 e 1991 (em %)

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Trabalho	52,6	51,1
A cargo da família	29,1	23,5
Pensão	15,1	19,0
Apoio social	0,2	0,5
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Trabalho	50,7	47,4
A cargo da família	26,4	20,5
Pensão	19,2	25,1
Apoio social	0,3	0,7
<i>AM do Porto</i>		
Trabalho	52,6	54,3
A cargo da família	29,4	21,3
Pensão	14,7	16,9
Apoio social	0,1	0,8
<i>Concelho do Porto</i>		
Trabalho	51,2	50,6
A cargo da família	27,9	21,3
Pensão	16,7	20,5
Apoio social	0,3	0,8
<i>País</i>		
Trabalho	48,7	49,5
A cargo da família	30,5	23,0
Pensão	18,0	20,9
Apoio social	0,2	0,7

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

de modo geral as AM apresentam, quando comparadas com a média nacional, um quadro mais favorável em termos de exclusão social. Importa, todavia, dar conta da grande heterogeneidade de situações intra-áreas no que respeita às qualificações escolares, através da comparação entre as taxa de analfabetismo dos vários concelhos.

Na AM de Lisboa verifica-se uma relação positiva entre ruralidade e ausência de competências escolares, com os concelhos de Alcochete, Azambuja, Mafra, Montijo, Palmela e Sesimbra a apresentarem taxas superiores à média nacional em 1991. Por outro lado, a proporção da população que não sabe ler nem escrever residente nos concelhos suburbanos — Amadora, Cascais, Loures, Oeiras, Seixal e Sintra — é menor do que a pertencente ao concelho de Lisboa, o que mais uma vez se relacionará com o envelhecimento mais acentuado que aqui se verifica. A heterogeneidade tem um carácter menos evidente na AM do Porto, onde nenhum concelho atinge os 11% de analfabetos do país, ficando, aliás, bastante abaixo deste valor, com apenas Vila do Conde e Póvoa de Varzim a rondarem os 7%.

O quadro mais favorável das AM face ao país em termos de qualificações escolares encontra-se fortemente associado aos processos de terciarização e

recomposição socioprofissional. Já a origem da diferença entre elas deve ser procurada nas dinâmicas demográficas de envelhecimento da população e de imigração.

De facto, por um lado, tem-se verificado a nível nacional uma forte correlação positiva entre idade e nível de escolaridade, fruto do alargamento progressivo da escolaridade obrigatória, pelo que, sendo o envelhecimento mais acentuado, como já vimos, na AM de Lisboa, as diferenças relativamente à AM do Porto não surpreendem.

Por outro lado, os imigrantes africanos, que representam uma percentagem considerável dos estrangeiros residentes em Portugal, concentram-se maioritariamente na região de Lisboa e Vale do Tejo — aqui entendida como agregando os distritos de Lisboa, Setúbal e Santarém —, sendo quase residuais no distrito do Porto (Machado, 1999),<sup>7</sup> e são uma das categorias vulneráveis à pobreza e exclusão social, caracterizada na sua maioria por níveis de qualificação escolar muito baixos<sup>8</sup> (Capucha, 1998a).

O principal meio de vida é um dos indicadores centrais para dar conta da vulnerabilidade das populações à pobreza. O primeiro dado a salientar no quadro 8 é que, para cerca de metade da população residente em qualquer um dos níveis territoriais e dos períodos considerados, o principal meio de vida é o trabalho, sendo a AM do Porto a única que acompanha a ligeira subida registada no país. É no concelho de Lisboa que o número de indivíduos que vivem sobretudo do trabalho decresce mais acentuadamente, apresentando a menor percentagem em 1991, facto a que não será alheio o já referido envelhecimento da população aí residente.

O número de pessoas que vivem a cargo da família sofre perdas consideráveis no período em análise, decorrente de fenómenos associados à recomposição familiar, tal como foram apresentados no ponto anterior, nomeadamente o decréscimo do número de filhos, e à feminização da vida profissional, com a conseqüente diminuição do número de mulheres "domésticas". Se esta evolução poderia ser encarada, à partida, como indicador de vantagens do ponto de vista das condições de vida, elas são contrabalançadas pelo aumento da percentagem de pessoas que vivem principalmente de pensões, do subsídio de desemprego e do apoio social, situações directamente relacionadas com fenómenos de pobreza e exclusão social. A exiguidade dos montantes das pensões é, aliás, um dos indicadores da debilidade do sistema de protecção social em Portugal, debilidade essa que constitui precisamente um dos factores da exclusão social, fazendo dos idosos pensionistas um dos grupos sociais vulneráveis a situações de pobreza (Capucha, 1998a). Este facto é comprovado pela observação da distribuição pelos agregados familiares do rendimento médio disponível segundo a categoria socioprofissional do representante ou segundo a principal fonte de rendimento. Os reformados e os que vivem principalmente de pensões encontram-se sobrerrepresentados no primeiro decil, isto é, na classe de menores rendimentos (Capucha, 1998b). Outro estudo demonstrou que 41,6% dos reformados são pobres (Barreiros, 1996).

Encarando o número de indivíduos que vivem principalmente da pensão como factor de vulnerabilidade à pobreza das regiões, verificamos que as AM, particularmente a do Porto, apresentam uma situação mais favorável do que o país, que decorrerá da menor proporção de pessoas com 65 anos ou mais aí residentes, já

**Quadro 9** Taxa de actividade e estrutura da população inactiva, em 1981 e 1991 (em %)

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Taxa de actividade	46,1	47,9
Taxa de actividade feminina	34,0	40,5
Estudantes	11,1	13,6
Domésticos	15,4	8,4
Reformados	8,5	18,0
Incapacitados para o trabalho	4,4	0,8
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Taxa de actividade	46,6	45,7
Taxa de actividade feminina	36,4	39,2
Estudantes	11,4	12,3
Domésticos	13,1	7,9
Reformados	10,9	23,7
Incapacitados para o trabalho	5,1	0,8
<i>AM do Porto</i>		
Taxa de actividade	45,9	49,0
Taxa de actividade feminina	34,3	40,7
Estudantes	10,5	12,0
Domésticos	15,2	8,7
Reformados	8,0	15,9
Incapacitados para o trabalho	5,2	1,2
<i>Concelho do Porto</i>		
Taxa de actividade	46,7	47,5
Taxa de actividade feminina	37,3	40,9
Estudantes	12,3	13,2
Domésticos	12,7	7,6
Reformados	9,5	19,6
Incapacitados para o trabalho	5,3	0,9
<i>País</i>		
Taxa de actividade	42,5	44,6
Taxa de actividade feminina	29,0	35,5
Estudantes	9,5	11,6
Domésticos	17,7	10,6
Reformados	11,6	19,9
Incapacitados para o trabalho	5,1	1,2

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

que esse meio de vida não ultrapassa os 19%. Já os respectivos concelhos centrais se afastam deste padrão, com Lisboa, concelho mais envelhecido, a superar em quase cinco pontos percentuais os valores do concelho do Porto e a totalizar um quarto da população cujo principal meio de vida é a pensão. Os concelhos mais rurais da AM de Lisboa acompanham o concelho-sede nesta tendência, apresentando Alcochete, Azambuja e Mafra percentagens superiores à média nacional. Na AM do Porto, o concelho-sede constitui a excepção pela negativa, já que nenhum dos outros chega a atingir os 17%, destacando-se mesmo os 14,5% de Póvoa de Varzim e Valongo.

Se recorrermos a outras fontes,<sup>9</sup> verificamos que em 1991, do total de pensionistas activos, a percentagem dos que recebiam pensões por sobrevivência — situação à partida mais problemática do ponto de vista da pobreza — ultrapassa nas



AM, principalmente na do Porto, a registada no país. Enquanto em Portugal essa percentagem é de 18,6%, na AM de Lisboa atinge os 20,9% e na do Porto 23,8%.

A proporção de pessoas cuja situação será em princípio ainda mais precária — as que vivem do apoio social — coloca a AM de Lisboa num plano vantajoso face ao país, contrariamente à do Porto, que não só apresenta uma proporção superior à do país, como registou um maior aumento. Não atingindo em qualquer dos níveis territoriais 1% da população com 12 ou mais anos, pese embora subidas preocupantes em todos esses níveis no espaço de uma década, a distribuição deste indicador revela assimetrias consideráveis, com a AM e o concelho do Porto a ultrapassarem a média nacional e a AM e o concelho de Lisboa a ficarem um pouco abaixo dessa média.

O quadro 9 fornece-nos algumas informações adicionais a respeito da condição perante o trabalho da população residente nas AM e no país.

O primeiro dado a salientar e um forte indicador de recomposição socioprofissional é o grande aumento da taxa de actividade feminina (Machado e Costa, 1998), com as AM a registarem valores semelhantes entre si e muito superiores ao do país. Os concelhos de Lisboa e Porto, quando comparados por relação às respectivas AM, apresentam situações inversas: enquanto o primeiro fica abaixo da AM de Lisboa, o segundo ultrapassa a do Porto. Por outro lado, no caso da AM de Lisboa, alguns concelhos manifestam valores bastante singulares. É o caso de Azambuja, Mafra e Sesimbra, com taxas de actividade feminina que rondam os 30%, distando cerca de dez pontos percentuais da AM de Lisboa e, pela razão inversa, dos concelhos suburbanos como Amadora, Cascais, Loures, Oeiras e Sintra, que, embora com diferenças menos acentuadas, ultrapassam as taxas do concelho de Lisboa e da respectiva AM. Esta distribuição desigual da feminização da vida profissional reflecte as diferenças de composição etária e de estruturas familiares nas unidades territoriais em análise.

Se o aumento da taxa de actividade feminina não pode ser dissociado das evoluções da escolarização e da terciarização, indicadores de modernização, ele não deixa também de estar relacionado, em parte, com as dificuldades económicas das famílias, ou seja, a entrada das mulheres no mercado de trabalho nem sempre é uma opção liberta de constrangimentos financeiros, mas constitui por vezes uma estratégia familiar de "sobrevivência", concretizada em inserções profissionais de fraca qualidade. Nesse caso, nas AM em geral e sobretudo em alguns concelhos em particular, tendem a concentrar-se situações que derivam, por um lado, de tendências modernizadoras e, por outro, de factores de vulnerabilidade das populações.

O crescimento ténue da taxa de actividade global apresenta duas faces: à entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho contrapõe-se uma ligeira diminuição da presença dos homens na esfera profissional. Continuando a registar valores acima do total nacional, a taxa de actividade masculina sofre perdas consideráveis na AM de Lisboa e sobretudo no concelho de Lisboa, enquanto a AM do Porto e concelho central apresentam descidas menos significativas.

Analisemos agora mais detalhadamente a estrutura da população inactiva. Primeiro, atente-se no aumento do peso da população estudantil, intimamente associado à progressiva escolarização da população portuguesa, aumento ainda

**Quadro 10** População residente com 12 ou mais anos, empregada, segundo o sector de actividade económica, em 1981 e 1991 (% em linha)

AM e concelhos	Sector de actividade					
	Primário		Secundário		Terciário	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>	3,2	1,8	35,7	28,3	61,1	69,8
Alcochete	20,5	13,2	50,1	43,9	29,4	42,9
Almada	1,7	0,9	41,2	28,5	57,1	70,5
Amadora	0,5	0,2	38,2	28,0	61,3	71,8
Azambuja	34,5	17,9	35,4	34,7	30,1	47,4
Barreiro	0,8	0,7	49,3	33,8	49,8	65,5
Cascais	1,8	0,8	30,6	24,2	67,6	75,0
Lisboa	0,5	0,4	25,4	20,1	74,1	79,5
Loures	2,0	0,9	39,2	29,4	58,8	69,7
Mafra	27,9	13,5	33,7	36,2	38,4	50,3
Moita	3,8	1,9	56,4	42,5	39,7	55,7
Montijo	17,8	13,3	46,8	39,7	35,4	47,0
Oeiras	1,0	0,5	29,0	22,6	70,0	76,9
Palmeira	29,2	18,0	41,1	36,3	29,7	45,7
Seixal	1,1	0,5	52,7	34,6	46,2	64,9
Sesimbra	28,9	15,5	29,9	28,2	41,2	56,3
Setúbal	6,0	3,8	47,0	35,0	47,0	61,3
Sintra	3,6	1,5	40,4	33,0	56,0	65,5
Vila Franca de Xira	3,4	1,6	57,4	41,2	39,3	57,2
<i>AM do Porto</i>	4,1	2,4	48,6	44,2	47,3	53,3
Espinho	1,4	1,1	55,5	48,9	43,2	50,0
Gondomar	2,8	1,3	53,9	44,4	43,2	54,3
Maia	3,2	1,7	63,8	55,7	33,0	42,7
Matosinhos	3,8	2,0	55,1	45,2	41,1	52,9
Porto	0,4	0,3	32,8	29,2	66,7	70,4
Póvoa de Varzim	26,3	15,5	42,4	47,2	31,3	37,3
Valongo	2,6	1,0	57,5	50,7	40,0	48,3
Vila do Conde	17,9	11,7	59,8	60,2	22,3	28,1
Vila Nova de Gaia	2,5	1,4	54,0	48,9	43,5	49,7
<i>País</i>	19,7	10,8	38,7	37,9	41,6	51,3

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

mais relevante tendo em conta a diminuição do número de pessoas em idade escolar na década em análise. Quer as AM, quer os respectivos concelhos centrais detêm uma maior proporção de estudantes na população com 12 ou mais anos do que a verificada a nível nacional, com algum destaque para a AM de Lisboa e o concelho do Porto.

Tal como a análise do principal meio de vida deixava antever e a subida da taxa de actividade feminina demonstrou, a categoria “domésticos”, onde os homens apresentam valores residuais, diminui o seu peso relativo para cerca de metade entre 1981 e 1991. Em ambas as datas, as AM contam com uma menor percentagem de domésticos do que o país, com os concelhos de Lisboa e Porto a apresentarem valores ainda mais reduzidos.

As mudanças mais significativas e também mais relevantes do ponto de vista da exclusão social são as que se referem aos inactivos, que, ao contrário dos

estudantes e dos domésticos, não se prevê que, na sua maioria, evoluam para situações de actividade. Por um lado, diminui muito o número de pessoas incapacitadas para o trabalho, de valores que rondavam os 5%, em 1981 para valores que apenas na AM do Porto e no país ultrapassam um pouco o 1% em 1991, diminuição a que não serão alheios os avanços da medicina e as medidas de apoio à integração profissional de pessoas com deficiência. Mas, por outro lado, os reformados conhecem um crescimento acentuado, com o seu peso relativo a duplicar. Se ambas as AM e o concelho do Porto apresentam, ainda assim, valores inferiores aos do país, o mesmo não acontece com o de Lisboa, onde quase um quarto da população residente com 12 ou mais anos estava reformada em 1991, fruto das dinâmicas demográficas de envelhecimento já referidas.

No quadro 10 podemos ver que a distribuição da população pelos sectores de actividade económica sofre profundas transformações entre as duas datas de referência, transformações que já se faziam sentir desde a década de 70, no sentido da terciarização do emprego e da subalternização do sector primário como sector produtivo e empregador (Machado e Costa, 1998). Este indicador é crucial do ponto de vista das assimetrias regionais, já que não só as AM seguem padrões muito diferenciados do país, como no seu interior se configuram cenários diversificados.

No entanto, o padrão global de crescimento acentuado do sector terciário, declínio forte do sector primário e ligeira diminuição do peso do secundário é uma realidade constante de praticamente todas as unidades territoriais aqui consideradas, salvo uma ou outra excepção, embora com ritmos desiguais (cf. quadro 10).

De destacar, em primeiro lugar, a situação da AM de Lisboa, onde o fenómeno de terciarização é muito mais acentuado do que no país e na AM do Porto. Em 1991, mais de dois terços da população empregada naquela área exercia profissão no sector dos serviços, peso que, mesmo em 1995, a média da Europa dos 15 não atingia (*Portugal Social*, 1998). Este valor não é de modo algum homogéneo, se fizermos uma análise mais desagregada regionalmente. A concelhos como Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Oeiras, Seixal, Setúbal e Sintra, com pesos do sector terciário que quase igualam ou ultrapassam o da respectiva AM, contra-põem-se outros em que a percentagem de empregados no sector é mais baixa do que no país, não chegando a atingir os 50%, nomeadamente Alcochete, Azambuja, Montijo e Palmela. Nestes e no grupo de concelhos intermédio convém ainda distinguir três situações: os que apresentam características marcadamente rurais, com sectores primários de peso considerável, caso da Azambuja, na agricultura, e de Sesimbra e Palmela, nas pescas; os que, tendo um sector primário bastante forte do ponto de vista do número de pessoas empregadas, apresentam também níveis de industrialização consideráveis, como Mafra e Montijo; e ainda aqueles em que o sector secundário detém uma posição preponderante, tal como acontece em Alcochete, Moita e Vila Franca de Xira.<sup>10</sup> Por outro lado, ainda na mesma data, o sector da agricultura e das pescas registava uma percentagem de pessoas empregadas completamente residual, não chegando a atingir os 2%, quando a percentagem homóloga para o país era de 10,8%. Aliás, os valores do sector primário, quer nesta AM, quer na do Porto, aproximam-nas muito da média europeia.

**Quadro 11** População residente com actividade económica, segundo a categoria socioprofissional, em 1981 e 1991 (% em coluna)

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Empresários e dirigentes	5,6	9,7
Profissionais técnicos e de enquadramento	11,0	17,6
Trabalhadores independentes	5,6	6,3
Agricultores independentes	1,0	0,6
Empregados executantes	40,6	37,9
Operários industriais	30,8	23,4
Assalariados agrícolas	1,6	1,1
Outros activos não classificados	3,9	3,4
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Empresários e dirigentes	7,6	12,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	14,6	23,0
Trabalhadores independentes	5,0	5,0
Agricultores independentes	0,04	0,03
Empregados executantes	47,5	40,9
Operários industriais	21,8	15,8
Assalariados agrícolas	0,3	0,3
Outros activos não classificados	3,2	2,8
<i>AM do Porto</i>		
Empresários e dirigentes	6,6	10,9
Profissionais técnicos e de enquadramento	9,4	13,8
Trabalhadores independentes	5,4	5,5
Agricultores independentes	1,5	0,9
Empregados executantes	28,9	30,2
Operários industriais	42,1	35,7
Assalariados agrícolas	1,6	1,1
Outros activos não classificados	4,6	1,9
<i>Concelho do Porto</i>		
Empresários e dirigentes	8,5	13,4
Profissionais técnicos e de enquadramento	14,9	20,7
Trabalhadores independentes	4,4	4,2
Agricultores independentes	0,1	0,1
Empregados executantes	41,1	39,1
Operários industriais	26,9	20,3
Assalariados agrícolas	0,2	0,2
Outros activos não classificados	3,9	2,0
<i>País</i>		
Empresários e dirigentes	6,7	9,0
Profissionais técnicos e de enquadramento	7,3	11,9
Trabalhadores independentes	6,5	7,4
Agricultores independentes	8,8	5,7
Empregados executantes	25,0	27,1
Operários industriais	34,1	32,4
Assalariados agrícolas	7,0	3,8
Outros activos não classificados	4,6	2,6

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

A distribuição sectorial das actividades económicas na AM do Porto mereceu-nos também alguns comentários. Primeiro, há que salientar a menor diferença percentual entre sector secundário e terciário em relação ao país e, sobretudo, à AM

de Lisboa. De facto, embora tenha diminuído nos dez anos em análise, a indústria continua a ocupar uma percentagem considerável da população (44,2%), bem acima da média nacional (37,9%). Aliás, os níveis de terciarização estão muito próximos dessa média, tendo até registado um crescimento bastante inferior ao verificado no país. Segundo, a diversidade interna desse ponto de vista parece ser menos acentuada na AM do Porto. À excepção do concelho do Porto, com o sector terciário a concentrar mais de dois terços da população, o único com valor semelhante ao da AM de Lisboa, e do concelho de Vila do Conde, com activos que não atingem os 30%, situação que já em 1981 só era igualada por três concelhos da AM de Lisboa, os restantes apresentam valores que oscilam entre cerca de 40 e cerca de 50%. Terceiro, ao contrário da AM de Lisboa, em que apenas no concelho de Alcochete o terciário era ultrapassado — por um ponto percentual, é certo — pelo secundário, na Maia, Póvoa de Varzim e Valongo essa situação verifica-se. Quarto, se a indústria assume ainda um forte peso na AM do Porto, a agricultura, se analisarmos a situação dos vários concelhos que a integram, apresenta valores, salvo Póvoa de Varzim e Vila do Conde, muito baixos e inferiores à média da respectiva área. Refira-se que estes dois concelhos são os únicos em que a tendência de diminuição do peso do sector secundário não se concretiza, com o primeiro a apresentar uma subida significativa.

Embora este indicador não permita retirar conclusões directas quanto aos fenómenos de pobreza e exclusão social, ele indicia antes de mais uma potencial mudança de vulnerabilidades, que se faz sentir de forma mais premente nas AM. Por um lado, o reduzido peso do sector primário nestas áreas não deixará de se traduzir na diminuição de duas das categorias sociais vulneráveis à pobreza, os agricultores de baixo rendimento e os assalariados de baixo nível de remuneração, não esquecendo que em alguns concelhos as actividades da agricultura e das pescas continuam a ter pesos consideráveis. Por outro lado, a sobre-representação do sector terciário, principalmente nas AM, sendo um indicador de modernização, não é garantia de menor vulnerabilidade, já que neste sector se incluem situações muito diversificadas do ponto de vista quer da categoria profissional, quer da estabilidade e qualidade do emprego.

As transformações da estrutura socioprofissional da população empregada encontram-se fortemente associadas aos fenómenos que temos vindo a referir, nomeadamente, aumento das qualificações escolares, aumento da taxa de actividade feminina ou terciarização das actividades económicas e subalternização da agricultura.

Em termos globais, na década em análise, registam-se aumentos nas duas categorias do topo da hierarquia — “empresários e dirigentes” e “profissionais técnicos e de enquadramento” —, bem como a categoria dos “trabalhadores independentes” e dos “empregados executantes” (cf. quadro 11). As categorias associadas à actividade agrícola, quer trabalhando por conta própria, quer ao serviço de outrem — “agricultores” e “assalariados agrícolas” — já com pesos reduzidos em 1981, sofrem ainda um decréscimo considerável na década seguinte, decréscimo, aliás, concordante com as perdas do peso do sector primário nas actividades económicas a que fizemos referência. Por seu lado, a ligeira quebra na proporção

de operários acompanha a tendência, também já mencionada, de diminuição gradual do peso do sector secundário.

Embora este padrão evolutivo seja comum aos vários níveis territoriais em questão, as AM têm algumas particularidades dignas de registo. Primeiro, apresentam percentagens de “empresários e dirigentes” e “profissionais técnicos e de enquadramento” consideravelmente superiores à média nacional, com os respectivos concelhos centrais a destacarem-se ainda mais pelo forte peso destas categorias; em 1991 cerca de um terço da população empregada quer no concelho de Lisboa, quer no do Porto ocupava uma destas posições. Naturalmente que este panorama se articula, pelo lado dos empresários, com a criação de um grande número de pequenas e médias empresas (Machado e Costa, 1998), que tendem a concentrar-se nos grandes centros urbanos.<sup>11</sup> Pelo lado dos dirigentes e profissionais técnicos e de enquadramento, relaciona-se com fenómenos de aumento da escolarização universitária e de terciarização, fenómenos que, como vimos anteriormente, adquirem maior dimensão nas AM.

Segundo, tanto as categorias ligadas à agricultura como os operários registam proporções menores nas AM, principalmente nos concelhos de Lisboa e Porto, do que no país, tendência que já se antevia aquando da análise da distribuição regional das actividades económicas, já que, recorde-se, o sector primário era quase residual nas áreas e o secundário sofrera quebras de efectivos mais fortes do que as verificadas a nível nacional.

Terceiro, a AM de Lisboa e os concelhos de Lisboa e Porto, ao invés da AM do Porto, contrariam claramente o panorama nacional no que toca aos empregados executantes, registando perdas não desprezáveis na década em análise, pese embora esta categoria continue a ser a mais representada no conjunto das categorias consideradas e bastante superior aos valores do país, em consonância com o peso que o sector terciário aí assume. A AM do Porto segue de perto o padrão do território nacional, já que os empregados executantes aumentam ligeiramente — ainda assim muito longe dos valores atingidos nos outros níveis territoriais em análise — e os operários, embora em decréscimo, continuam a ser a categoria dominante — de acordo, aliás, com o peso que o sector da indústria assume nesta região. As perdas nos empregados executantes parecem estar intimamente associadas ao aumento dos profissionais técnicos e de enquadramento, que têm precisamente pesos mais reduzidos na AM do Porto. Ou seja, tratar-se-ia de uma transferência de efectivos fruto essencialmente do aumento dos níveis de escolaridade e de qualificações profissionais.

Podemos remeter, embora de forma necessariamente indirecta, este panorama para a problemática da exclusão social. Em termos globais, a posição privilegiada das AM face ao país seria a primeira conclusão a retirar, atestada pela maior proporção das categorias do topo da hierarquia e, inversamente, pelo menor peso das categorias da base. Se, no primeiro caso, poucas dúvidas restarão sobre a adequação deste indicador, no segundo terão de ser introduzidas algumas ressalvas, já que “debaixo do chapéu” “operários” poderemos encontrar situações muito diversas do ponto de vista dos recursos qualificacionais e económicos, desde logo pela simples distinção entre operários qualificados e não qualificados. De qualquer

forma, será nas categorias referidas, bem como nos empregados executantes, que encontraremos dois dos grupos sociais vulneráveis à pobreza, ou seja, os assalariados de baixo nível de remuneração e os trabalhadores precários e da economia informal (Almeida *et al*, 1992), pelo que a conclusão inicial não será destituída de fundamento.

### Habitação e alojamento

A habitação, enquanto domínio fundamental das condições de vida das populações, constitui-se como uma área privilegiada de visibilidade das situações de carência e de detecção dos sectores populacionais socialmente mais desfavorecidos. Neste sentido, a análise das questões habitacionais poderá fornecer-nos alguma informação do ponto de vista da problemática da pobreza e exclusão social (cf. quadro 12).

Um dos indicadores que melhor caracterizam as condições habitacionais é, sem dúvida, o tipo de alojamento. A este respeito, em 1991, no total do país, e fruto das crescentes preocupações sociais com a questão habitacional e com a intervenção do Estado neste domínio, verifica-se que os alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros, incluindo casas de madeira, carrinhas, etc.) representam uma fatia mínima no total de alojamentos — 0,6% —, cerca de metade do valor referente a 1981. Constata-se assim um decréscimo deste tipo altamente precário de alojamento, o mesmo se verificando quer nas AM de Lisboa e Porto, quer nos respectivos concelhos. No entanto, apesar de sofrer um decréscimo acentuado, a AM de Lisboa apresenta em 1991 um valor bastante superior à AM do Porto e à própria média do país. Por outro lado, a percentagem deste tipo de alojamento é comparativamente maior nos concelhos centrais do que nas respectivas AM, sendo nestes, portanto, que a esta data se concentra parte importante dos aglomerados de barracas e habitações degradadas destas últimas.

A comparação interáreas mostra, portanto, cenários muito diferentes, com Lisboa a concentrar em 1991 mais de metade (53,2%) dos alojamentos não clássicos existentes em Portugal, ao passo que na AM do Porto se situam apenas cerca de 7% desses alojamentos. Mas a situação do concelho de Lisboa é ainda mais reveladora das assimetrias regionais de distribuição dos problemas habitacionais. Além de este tipo de alojamento representar 2,6% dos alojamentos aí existentes, à mesma data este concelho contava com quase 50% dos alojamentos de barracas ou outros de idêntica precariedade da respectiva AM e cerca de um quarto do total nacional. Outros concelhos configuram um panorama também problemático, com destaque para Amadora e Oeiras, precisamente os que se encontram geograficamente próximos da cidade, o que podemos relacionar com o fenómeno de suburbanização a que já fizemos referência. Neste ponto, não podemos deixar de remeter também para os fenómenos das migrações internas e imigração, geradores, em grande parte, do surgimento e proliferação de bairros degradados que constituem verdadeiras bacias de pobreza.

**Quadro 12** Alojamentos familiares não clássicos (barracas e outros) em 1981 e 1991 (em %)

	1981	1991
AM de Lisboa	2,8	1,4
Concelho de Lisboa	4,0	2,6
AM do Porto	0,8	0,5
Concelho do Porto	0,8	0,7
País	1,3	0,6

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

**Quadro 13** Alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo instalações existentes, em 1981 e 1991 (em %)

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Sem água canalizada	6,5	3,0
Sem retrete	6,3	2,0
Sem banho	16,2	6,2
Sem electricidade	9,1	1,1
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Sem água canalizada	5,3	2,9
Sem retrete	4,9	1,6
Sem banho	18,4	8,2
Sem electricidade	2,0	0,6
<i>AM do Porto</i>		
Sem água canalizada	15,0	7,9
Sem retrete	8,1	2,3
Sem banho	33,8	14,8
Sem electricidade	1,8	0,6
<i>Concelho do Porto</i>		
Sem água canalizada	2,7	1,6
Sem retrete	9,9	2,6
Sem banho	21,5	10,1
Sem electricidade	0,7	0,5
<i>País</i>		
Sem água canalizada	26,6	11,4
Sem retrete	22,0	8,2
Sem banho	42,6	18,2
Sem electricidade	10,5	2,3

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

Não é por acaso que o poder central e os poderes locais têm desenvolvido um conjunto de medidas, especificamente direccionadas para as AM, com vista à melhoria das condições habitacionais das populações, sendo de destacar o Programa Especial de Realojamento (PER) — destinado ao realojamento de famílias residentes em barracas, com uma componente de acompanhamento social dessas famílias — e o Programa de Reversão Urbana (Urban) — orientado para o apoio da



revitalização e requalificação das áreas urbanas com problemas de declínio económico e urbano e acumulação de fenómenos de exclusão social.

Mas a análise das condições de habitabilidade não pode restringir-se à quantificação dos alojamentos não clássicos, pois embora este indicador nos dê conta de um dos aspectos mais visíveis e chocantes da degradação das condições de vida, muitos dos considerados clássicos não possuem condições de habitabilidade minimamente aceitáveis, nomeadamente no que respeita às infra-estruturas básicas e à lotação da habitação, aproximando-se, em muitos casos, das características dos alojamentos não clássicos (cf. quadro 13).

A esse respeito podemos afirmar que, de um modo geral, a percentagem de alojamentos que não possuíam água canalizada, retrete, banho ou electricidade decresce bastante entre 1981 e 1991, tanto no país, como nas AM e concelhos de Lisboa e Porto, verificando-se, portanto, uma significativa melhoria dos níveis de qualidade habitacional. De ressaltar, relativamente a este aspecto, que a situação de ambas as AM e respectivos concelhos centrais, e em especial da AM de Lisboa, quer numa, quer noutra data, é bastante mais favorável que a do país. Por outro lado, os concelhos de Lisboa e Porto apresentam valores mais elevados se comparados com os das respectivas áreas. Em suma, podemos dizer que as condições de habitabilidade são melhores nos concelhos do que nas AM e melhores nestas do que no país.

Contudo, também aqui as AM, em particular a de Lisboa, não constituem realidades homogéneas, sendo necessário afinar esta análise. Os concelhos rurais da AM de Lisboa, nomeadamente Alcochete, Azambuja, Mafra e Palmela, revelam situações de desconforto habitacional muito marcadas, já que na generalidade as proporções de alojamentos sem as infra-estruturas referidas não só ultrapassam bastante as do conjunto da AM, como se aproximam tangencialmente ou mesmo atingem as do país. Já na AM do Porto, o concelho-sede constitui verdadeira excepção quanto aos alojamentos sem água ou sem electricidade, uma vez que os outros concelhos registam pesos destes alojamentos bastante superiores.

Continuam, portanto, a verificar-se situações bastante precárias quanto a alguns dos indicadores considerados, e é preciso relativizar o conforto que outros denotam. O caso da electricidade é ilustrativo, já que em algumas situações, nomeadamente tratando-se de barracas, não corresponderá a uma verdadeira instalação eléctrica, mas a utilizações a partir de instalações fora da habitação. Por outro lado, mesmo as AM registam ainda valores indicativos de ausência de instalações nos alojamentos bastante acima da média europeia (*Portugal Social*, 1998).

Quanto aos indicadores de ocupação, todos revelam melhorias das condições de habitação entre as duas datas de referência qualquer que seja o nível territorial considerado (cf. quadro 14). Assim, aumenta a média de divisões por alojamento, ao mesmo tempo que diminuem as médias famílias/alojamento, pessoas/alojamento e pessoas/divisão, sendo as diferenças regionais pouco relevantes. Naturalmente que a estas transformações não são alheias as dinâmicas de estruturação familiar a que aludimos em momento anterior, designadamente a diminuição do número de membros do agregado familiar e de famílias com mais de um núcleo, bem como o crescimento do número de "isolados".

**Quadro 14** Indicadores de ocupação dos alojamentos clássicos em 1981 e 1991

	1981	1991
<i>AM de Lisboa</i>		
Média de divisões por alojamento	3,4	4,2
Média de famílias por alojamento	1,1	1,0
Média de pessoas por alojamento	3,3	3,0
Média de pessoas por divisão	1,0	0,7
<i>Concelho de Lisboa</i>		
Média de divisões por alojamento	3,7	4,3
Média de famílias por alojamento	1,1	1,0
Média de pessoas por alojamento	3,2	2,8
Média de pessoas por divisão	0,9	0,6
<i>AM do Porto</i>		
Média de divisões por alojamento	3,6	4,4
Média de famílias por alojamento	1,1	1,0
Média de pessoas por alojamento	3,8	3,4
Média de pessoas por divisão	1,1	0,8
<i>Concelho do Porto</i>		
Média de divisões por alojamento	3,7	4,3
Média de famílias por alojamento	1,1	1,0
Média de pessoas por alojamento	3,6	3,1
Média de pessoas por divisão	1,0	0,7
<i>País</i>		
Média de divisões por alojamento	3,6	4,5
Média de famílias por alojamento	1,0	1,0
Média de pessoas por alojamento	3,5	3,2
Média de divisões por divisão	1,0	0,7

Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, INE.

A julgar apenas pela apreciação destes valores, estaríamos perante um quadro bastante favorável no que se refere às condições de vida. Impõem-se, no entanto, duas observações que permitem relativizar este panorama. Primeiro, os dados disponíveis só nos fornecem informação acerca dos alojamentos clássicos, não estando aqui incluídos aqueles que são normalmente caracterizados por sobrelotação e em que a noção de "divisão" dificilmente se pode aplicar, o que poderá ocasionar alguma subavaliação das situações problemáticas. Segundo, estas situações, como já verificámos, encontram-se sobretudo localizadas nas AM, com a de Lisboa a superar largamente a do Porto, pelo que, se fossem contabilizadas, aumentariam com certeza as diferenças entre o país e as AM, com claras desvantagens para estas.

Podemos então afirmar que, na década em análise, as AM seguem a tendência clara de melhoria das condições de habitabilidade verificada no nosso país. Contudo, se, por um lado, estas áreas, em termos gerais, apresentam situações habitacionais bastante mais favoráveis do que a do próprio país, por outro, é nelas (em particular na de Lisboa) que encontramos os maiores problemas de falta de conforto habitacional, derivados da ausência de infra-estruturas básicas, insalubridade e sobrelotação, associados aos aglomerados de bairros degradados e de barracas que

aí se concentram, o que, aliás, conduziu ao plano de erradicação de barracas nas AM, ainda em curso, o qual tem vindo a alterar consideravelmente esta situação.

## Conclusões

Ao longo deste artigo procurámos analisar de forma comparativa e retrospectiva alguns indicadores estatísticos directa ou indirectamente relacionados com os fenómenos da pobreza e exclusão social. Esta análise, embora não nos dê conta, por si só, da especificidade e sentido desses fenómenos nem das diversas realidades que encobrem, é bastante esclarecedora do ponto de vista do traçar dos cenários onde os mesmos se entrecruzam. Do itinerário aqui percorrido resultam algumas conclusões — abertas a reformulações decorrentes de posteriores aprofundamentos tão úteis quanto necessários — que se impõe sistematizar, de acordo com dois níveis comparativos: as AM uma com a outra e com o país e o interior de cada AM.

Quanto ao primeiro nível, refira-se que as AM revelam situações contrastantes do ponto de vista da pobreza e exclusão social na medida em que, quando comparadas com o país, acumulam quer processos e vulnerabilidades face a estes fenómenos, quer cenários com o significado oposto, ou seja, que as tornam zonas privilegiadas por relação à média nacional. Senão vejamos.

Considerando o envelhecimento das populações como um factor de vulnerabilidade, dadas as características do sistema de protecção social em Portugal, a AM de Lisboa encontra-se numa posição desvantajosa, tanto mais quando verificamos que apresenta uma proporção superior à da AM do Porto e, sobretudo, à do país, de famílias com uma só pessoa, constituídas na sua maioria por idosos. Já no pólo oposto — o das famílias numerosas —, também factor de alguma vulnerabilidade, é a AM do Porto que se destaca fortemente, pela negativa, dos outros dois níveis territoriais. Por fim, em ambas as AM o peso das famílias monoparentais — uma das categorias em que a pobreza tem maior incidência — ultrapassa o do país.

Os indicadores relativos às estruturas socioprofissionais colocam, à primeira vista, as AM num plano bastante positivo face ao conjunto do país. Elas apresentam taxas de analfabetismo e proporções de pessoas sem qualificação académica mais reduzidas e proporções de indivíduos com qualificação superior mais elevadas; menor peso dos indivíduos cujo principal meio de vida são as pensões; proporções de inactivos mais baixas; maiores níveis de terciarização e de subalternização do sector primário; estruturas profissionais marcadas pela mais forte representação das categorias do topo — “empresários e dirigentes” e “profissionais técnicos e de enquadramento” e sub-representação das categorias da base — “operários” e “assalariados agrícolas”. A heterogeneidade de que algumas categorias se revestem não deixa, porém, de alertar para a necessidade de análises mais finas capazes de distinguir situações diversas em termos de vulnerabilidade à pobreza.

Por outro lado, no domínio da habitação e alojamento encontramos os mesmos contrastes que caracterizavam as estruturas sociodemográficas, sendo aqui de

salientar o caso particular da AM de Lisboa. É nesta zona que se verificam os maiores níveis de concentração de alojamentos familiares não clássicos — barracas e outros —, suplantando em muito os valores do país e da AM do Porto. Já quando analisamos as infra-estruturas habitacionais existentes nos alojamentos familiares — água canalizada, retrete, banho e electricidade —, a AM de Lisboa é claramente a privilegiada face à AM do Porto e, sobretudo, à média nacional.

Quanto ao segundo nível, há que reforçar a ideia de que as AM não constituem, de modo algum, realidades homogéneas, onde os factores de pobreza, positivos ou negativos, se distribuem geograficamente de forma equitativa. Pelo contrário, alguns desses factores tendem a assumir contornos fortemente localizados. A perspectiva analítica que adoptámos ao longo deste texto, apresentando os valores dos concelhos de Lisboa e Porto e, sempre que possível, os de outros concelhos que se destacavam por excesso ou por defeito, permitiu concluir que essa diversidade interna é bastante maior na AM de Lisboa.

Assim, no caso de Lisboa, verificámos que o concelho central acumula as vantagens e desvantagens do ponto de vista da exclusão social que a AM de Lisboa revelara face ao país, apresentando em geral valores mais extremados. No entanto, há vários concelhos que acompanham as tendências da capital, chegando a atingir situações mais favoráveis, como acontece com os chamados “suburbanos”, ao passo que os de cariz mais rural se distanciam bastante, configurando cenários mais preocupantes.

Já na AM do Porto, o concelho-sede adquire, na maioria dos indicadores analisados, estatuto de excepção — quase sempre pela positiva — face aos restantes, sendo a relação com a respectiva AM semelhante à verificada entre a AM de Lisboa e o seu concelho central. Podemos afirmar que, não fora o concelho do Porto, esta AM caracterizar-se-ia por níveis de semelhança entre concelhos capazes de “encobrir” diferenças que, embora relevantes, se nos afiguram mais ténues.

## Notas

- 1 Os limites territoriais das AM são os das respectivas Juntas Metropolitanas. No caso da AM do Porto, coincidem com a NUT III Grande Porto. No caso da AM de Lisboa correspondem à agregação das NUT III Grande Lisboa e Península de Setúbal e dos concelhos de Azambuja e Mafra.
- 2 Em 1996, existiam 4,9 médicos por mil habitantes na AM de Lisboa e 5,5 na do Porto, enquanto a média nacional se cifrava nos 3; a diferença torna-se abissal quando se trata dos concelhos centrais: 17,2 em Lisboa e 17,1 no Porto. Analisando agora as camas por mil habitantes, verifica-se a existência de 5,2 na AM de Lisboa e de 4,1 na AM do Porto e no país. Já a nível dos concelhos a realidade torna a ser bem mais favorável com 15,1 e 17,1, respectivamente em Lisboa e Porto.
- 3 Segundo este estudo, Portugal exhibe o mais elevado risco de pobreza da União Europeia na categoria “famílias grandes — casais com três filhos ou mais”, sendo pobres duas em cada cinco dessas famílias.

- 4 De acordo com estes dados, em Portugal mais de metade dos agregados constituídos por uma pessoa com 65 anos ou mais (53,9%) situa-se abaixo da linha da pobreza.
- 5 Em 1981 a taxa de divorcialidade a nível nacional cifrava-se nos 0,7, tendo aumentado para 1,3 em 1996. Nesta data, a AM de Lisboa apresentava uma taxa de 1,9, o concelho de Lisboa uma taxa de 2,6, a AM do Porto uma taxa de 1,3 e o concelho do Porto uma taxa de 2,0.
- 6 Como exemplo, podemos referir que, dos requerentes da fase experimental do rendimento mínimo garantido até Abril de 1996, 20% são precisamente famílias monoparentais femininas, o que ainda é mais significativo quando apenas 1,1% são de composição parental masculina.
- 7 Em 1996, a região de Lisboa e Vale do Tejo concentrava 83,9% dos africanos dos PALOP — que são a grande maioria dos imigrantes africanos em Portugal — residentes no país, contra apenas 2,6% no distrito do Porto. Na primeira região, eles representavam na mesma data mais de metade da população estrangeira aí residente (57,6%), enquanto a percentagem homóloga na segunda não atingia os 20%. Refira-se ainda que os distritos de Lisboa e de Setúbal apresentam percentagens de africanos dos PALOP muito superiores à média nacional, com respectivamente 2,5 e 1,7, enquanto no distrito do Porto essa percentagem é muitíssimo inferior (0,1%) (Machado, 1999).
- 8 Embora esta seja a situação estatisticamente mais frequente, não queremos deixar de chamar a atenção para o facto de os imigrantes africanos não serem eles próprios uma população homogénea do ponto de vista dos recursos socioprofissionais. Os resultados de um inquérito realizado em 1995 a uma amostra representativa da população guineense residente em Portugal revelam níveis de escolaridade à chegada bastante elevados quando comparados com a generalidade da população portuguesa. Para indicar apenas as posições dos extremos, 5,2% não sabiam ler nem escrever português e outros 5,2% possuíam curso superior (Machado, 1998).
- 9 Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Secretaria de Estado da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.
- 10 Importa chamar a atenção para a não linearidade entre a distribuição da população residente em cada concelho segundo o sector de actividade onde exerce profissão e as próprias características do tecido económico desses concelhos, tendo em conta a dimensão que as migrações pendulares casa-trabalho assumem devido à concentração das actividades económicas nos concelhos-sede das AM.
- 11 Para dar uma ideia desta concentração, refira-se que, em 1991, quase 50% das unidades empresariais existentes no continente tinham a sua sede na região de Lisboa e Vale do Tejo e cerca de 25% no Norte Litoral (Guerreiro, 1996).

## Referências bibliográficas

- Almeida, Ana Nunes de, Guerreiro, Maria das Dores, Lobo, Cristina, Torres, Anália e Wall, Karin (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", *in* Viegas, José

- Manuel Leite e Costa, António Firmino da (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Almeida, João Ferreira, et al (1992), *Exclusão Social — Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira de, Costa, António Firmino da, e Machado, Fernando Luís (1994), “Recomposição socioprofissional e novos protagonismos”, in António Reis (coord.), *Portugal — 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- Barreiros, Lídia (1996), *Pobreza e Desigualdade em Portugal num Contexto Comparativo Europeu*, Seminário sobre a Pobreza e Grupos Desfavorecidos em Portugal, Fátima.
- Capucha, Luís Manuel Antunes (1998a), “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino da (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 209-242.
- Capucha, Luís (coord.) (1998b), *Rendimento Mínimo Garantido: Avaliação da Fase Experimental*, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade/Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- Ferrão, João (1996), “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno”, in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 165-187.
- Guerreiro, Maria das Dores (1996), *Famílias na Actividade Empresarial: PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Machado, Fernando Luís e Costa, António Firmino da (1998), “Processos de uma modernidade inacabada — mudanças estruturais e mobilidade social”, in Viegas, José Manuel Leite e Costa, António Firmino da (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.
- Machado, Fernando Luís (1998), “Da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 26, pp. 9-56.
- Machado, Fernando Luís (1999), “Imigrantes e estrutura social”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 29, pp. 51-76.
- Pinto, Maria Luís Rocha (1994), “As tendências demográficas”, in António Reis (coord.), *Portugal — 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 296-306.
- Portugal Social 1991/1995* (1998), Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Retrato das Regiões — Portugal* (1998), Instituto Nacional de Estatística/Eurostat, Lisboa.
- Rosa, Maria João Valente (1996), “O envelhecimento e as dinâmicas demográficas da população portuguesa a partir de 1960: dos dados ao dilema”, in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 191-210.

Elsa Pegado. Helena Seita Gonçalves. Sandra Palma Saleiro. Sociólogas.  
Investigadoras do CIES. Qualquer correspondência pode ser enviada para CIES,  
Edifício ISCTE, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa.  
E-mail: elsa.pegado@iscte.pt